

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

2015



"À Saúde do Norte Alentejano"

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 26 de Abril de 2016

DP
Ay
ma

fe

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo)	2
II.	Missão, Objetivos e Políticas	3
III.	Estrutura de capital.....	7
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	7
V.	Órgãos Sociais e Comissões.....	8
A.	Assembleia Geral.....	8
B.	Administração e Supervisão.....	8
C.	Fiscalização	13
D.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	13
E.	Auditor Externo.....	13
VI.	Organização Interna.....	14
A.	Estatutos e Comunicações.....	14
B.	Controlo interno e gestão de riscos.....	15
C.	Regulamentos e Códigos.....	17
D.	Deveres especiais de informação	18
E.	Sítio da Internet.....	18
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral.....	19
VII.	Remunerações	21
A.	Competência para a Determinação	21
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	21
C.	Estrutura das Remunerações	21
D.	Divulgação das Remunerações	22
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras	23
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económicos, social e ambiental.....	24
X.	Avaliação do Governo Societário	26
XI.	Anexos do RGS.....	27

Síntese (Sumário Executivo)

A Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, (doravante "ULSNA, EPE") elabora o seu Relatório de Governo Societário em respeito pelas normas legais e regulamentares vigentes, procurando observar as melhores práticas e recomendações.

O presente Relatório de Governo Societário respeitante ao exercício de 2015, foi elaborado, em conformidade com o Manual para a Elaboração do Relatório do Governo Societário 2015, legislação aplicável ao sector público empresarial, legislação que institui a ULSNA, EPE com as recentes actualizações introduzidas pelo Decreto-Lei 12/2015 de 26 de Janeiro e, de uma forma subsidiária, com o enquadramento legal do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, o presente Relatório foi desenvolvido em integral cumprimento das instruções para a prestação de contas referente a 2015, emanadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

A Unidade Local de Saúde, EPE estruturou o seu relatório de governo societário realçando, por um lado, aquilo que se consideram as melhores práticas, quer, por outro lado, com as circunstâncias da sua atividade e os desafios a que tem de dar resposta e, na sequência, vem implementando um conjunto de medidas que, globalmente, têm tido como principais objetivos reforçar os sistemas internos de controlo e de fiscalização, ampliar a transparência, fomentar a participação dos cidadãos na vida da empresa e garantir a criação sustentada de valor para este.

O presente documento descreve as políticas e as práticas em matéria de governo societário adotadas, fornecendo ainda uma avaliação qualitativa das mesmas por comparação com as boas práticas elencadas pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

II. Missão, Objectivos e Políticas

A Missão da ULSNA, EPE, consiste em promover o potencial de todos os cidadãos, através do fomento da saúde e da resposta à doença e incapacidade, garantindo a qualidade dos serviços prestados, a tutela da dignidade humana e a investigação permanente na procura contínua de soluções que reduzam a morbilidade e permitam obter ganhos em saúde.

A Visão da ULSNA, EPE consiste em constituir uma imagem de excelência no atendimento dos cidadãos, na ligação à comunidade, na criação de parcerias, na investigação permanente e no impacto das atividades desenvolvidas.

A ULSNA, EPE rege-se pelos seguintes Valores:

- a) Respeito pela dignidade e direitos dos cidadãos;
- b) Excelência técnica;
- c) Acessibilidade e equidade dos cuidados;
- d) Promoção da qualidade;
- e) Ética, integridade e transparência;
- f) Motivação e atuação pró-ativa;
- g) Melhoria contínua;
- h) Trabalho de equipa;
- i) Respeito pelas normas ambientais.


Para uma estrutura da dimensão da ULSNA, EPE poder dar resposta às necessidades de saúde da população do distrito de Portalegre deve ter sempre presente o seu dimensionamento estratégico que traduza uma maior eficiência técnica e económica.

Neste âmbito, foram traçados os seguintes eixos estratégicos de actuação em 2015 em consonância com o seu planeamento estratégico 2014/2016:

- Eixo 1. Reforma Hospitalar;
- Eixo 2. Optimização dos recursos existentes;
- Eixo 3. Política de qualidade e sustentabilidade ambiental;
- Eixo 4. Complementaridade e articulação cuidados de saúde no âmbito de referência da ULS;
- Eixo 5. Sistemas de informação de apoio à prática clínica e gestão;
- Eixo 6. Imagem estrutural de referência;
- Eixo 7. Governação Clínica;
- Eixo 8. Racionalização e melhoria da eficiência da organização;

De acordo com o previsto no Decreto-Lei da sua criação, os compromissos de prestação de cuidados de saúde da ULSNA, EPE que constam do seu regulamento interno, são fixadas anualmente de acordo com a política de saúde a nível nacional e regional e com os planos estratégicos superiormente aprovados e são desenvolvidas através de contratos-programa, em articulação com as atribuições das demais instituições do sistema de saúde.

Assim, no regulamento interno da ULSNA, EPE foram definidos os seguintes objectivos programáticos para o desenvolvimento da sua actividade:

- 
- Contribuir para a obtenção de ganhos em saúde na população;;
 - Promover a vigilância da saúde, a prevenção, o diagnóstico, o tratamento da doença e a reabilitação, através do planeamento e da prestação de cuidados, bem como do desenvolvimento de actividades específicas dirigidas globalmente ao indivíduo, à família, a grupos especialmente vulneráveis e à comunidade;
 - Atingir a plena integração sistémica, estrutural, vertical, funcional, clínica, financeira e normativa da organização;
 - Garantir a humanização dos cuidados e os direitos dos utentes;
 - Melhorar o acesso e a adequação da oferta de serviços;
 - Melhorar a eficiência técnica e económica;
 - Melhorar a qualidade dos cuidados e da organização dos serviços;
 - Valorizar o capital humano, assegurando a formação contínua aos seus profissionais.

Foram ainda definidos, em complemento aos acima referidos, como objectivos operacionais para o triénio 2014-2016:

- Ao nível assistencial: passar a gerir em comum as capacidades disponíveis das unidades integradas, por um lado, melhorando a complementaridade assistencial e, por outro, resolvendo insuficiências de rentabilização de recursos;
- Ao nível da organizacional e da gestão: diminuir os custos de exploração em consequência da concentração de serviços, obtenção de economias de escala e multiplicação dos mecanismos de articulação entre os hospitais.

Em termos de estrutura organizacional, a ULSNA, EPE tem os seguintes órgãos sociais:

- Conselho de Administração
- Fiscal Único
- Conselho Consultivo

São integrantes do Conselho de Administração, a Direcção Clínica Hospitalar, a Direcção Clínica dos Cuidados de Saúde Primários e a Direcção de Enfermagem. Junto destas direcções existem órgãos de apoio que assumem a forma de Comissões de Apoio Técnico.

A área assistencial é constituída pela Área de Cuidados de Saúde Primários e pela Área de Cuidados de Saúde Hospitalares.

A Área de Cuidados de Saúde Primários é composta por um Departamento, cuja nomenclatura institucional integra a tipologia ACeS e que convencionou nominá-lo Departamento do Agrupamento de Centros de Saúde de São Mamede.

A Área de Cuidados de Saúde Hospitalares encontra-se, igualmente, organizada em Departamentos que compreendem serviços e unidades funcionais homogéneas que, em estreita articulação, promovem a satisfação das necessidades e a prossecução de objectivos comuns.

O processo de planeamento da ULSNA, EPE, fundamenta-se em dois pilares: planeamento estratégico e acordo modificativo – contrato programa. Inicia-se com a preparação e negociação anual do plano de desempenho, que se consolida no contrato programa celebrado anualmente com a tutela. Neste, são assumidos objetivos no que concerne à atividade assistencial, orçamento económico e os objetivos institucionais.

Atividade Assistencial

PRODUÇÃO	2015	2014	Meta 2015
GDH's Internamento			
GDH Médicos	6.455	6.758	5.500
GDH Cirúrgicos	2.294	2.423	2.426
Consultas Externas	102.714	103.277	98.930
Urgência (atendim.)	93.262	94.152	89.000
GDH's Ambulatório			
GDH Médicos	2.183	1.859	1.750
GDH Cirúrgicos	2.474	1.919	1.920

No quadro acima estão retratadas as diversas linhas de produção assistencial, onde se pode observar as diferenças em relação ao contratualizado 2015.

Os GDH's, tanto os médicos como os cirúrgicos ficaram abaixo quando comparados com o mesmo período homólogo tendo os primeiros superado o contratualizado. No que concerne aos GDH's Ambulatório ficaram substancialmente acima da meta contratualizada.

Na linha de produção Consultas Externas, verificou-se um aumento em relação à meta, mas apresentou um valor inferior em relação ao ano anterior. Relativamente aos atendimentos na Urgência, apesar de apresentarmos um valor superior ao negociado, baixou comparativamente ao mesmo período.

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

A ULSNA, EPE, ainda não dispõe do valor final do ano 2015 do Índice Global de Desempenho, embora em termos previsionais se pense alcançar cerca de 94% dos objetivos.

O cumprimento dos objetivos gerais da ULSNA, EPE pode ser aferido pela evolução positiva dos indicadores de acessibilidade, apesar de ficar ligeiramente abaixo das metas contratualizadas.

Nas diferentes linhas da produção assistencial, verificaram-se algumas diferenças em relação às metas negociadas no contrato-programa 2015. No internamento, e em resultado da diminuição do número de doentes saídos em 2015, o número de GDH médicos resultantes ficou abaixo do valor homólogo, no entanto acima do valor negociado.

Os GDH cirúrgicos apresentaram um valor menor quando comparados com o homólogo, aproximadamente 8,90% abaixo do contratualizado, sendo consequência das obras que decorreram no serviço de cirurgia. Relativamente ao ambulatório, verifica-se que a atividade realizada e que resultou em GDH's cirúrgicos e médicos, foi substancialmente acima do valor previsto.

A atividade na consulta externa apresentou um valor superior tanto em relação ao homólogo como em relação ao negociado, no entanto ao nível dos indicadores de acesso ainda ficamos aquém dos valores contratualizados fruto de uma menos performance das 1^{as} consultas.

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores que foram negociados e os diferentes pesos relativos por grupo:

Objetivos Nacionais / Ano 2015	Peso Relativo (%)
A. ACESSO	6,75%
% de primeiras consultas no total de consultas médicas	
% de utentes referenciados para consulta externa atendidos em tempo adequado	
Peso das consultas externas com registo de alta no total de consultas externas	
% inscritos em LIC (neoplasias malignas) com tempo de espera ≤ ao TMRG	
Permilagem de doentes sinalizados para a RNCCI, em tempo adequado, no total de doentes tratados	
B. DESEMPENHO ASSISTENCIAL	11,25%
Demora Média	
% de reinternamentos em 30 dias	
% de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo	
% de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	
% de cirurgias realizadas em ambulatório no total de cirurgias programadas (GDH) - para procedimentos ambulatorizáveis	
% de consumo de embalagens de medicamentos genéricos, no total de embalagens de medicamentos	
Taxa de registo de utilização da "Lista de Verificação de Actividade Cirúrgica" (Cirurgia Segura)	
C. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO	40,00%
% dos gastos com horas extraordinárias, suplementos e fornecimentos de serviços externos (seleccionados), no total de gastos com pessoal	
EBITDA	
% de proveitos operacionais extra contrato-programa, no total de proveitos operacionais	
Acréscimo de dívida vencida	
Objetivos Regionais / Ano 2015	Peso Relativo (%)
A. ACESSO	12,00%
Proporção de Diabéticos Mellitus com exame oftalmológico no último ano	
Tx de crescimento dos custos com medicamentos facturados em farmácia de oficina	
% de casos com "Estado do tumor após tratamento" desconhecido	
Incidência de infeção hospitalar por staphylococcus aureus, por 1.000 doentes admitidos	
% de embalagens de quinolonas faturadas no total de embalagens de antibióticos faturados (em ambulatório)	
% consultas referenciadas pelos CSP no total de consultas externas	
Índice global de desempenho dos cuidados de saúde primários	

De salientar que os restantes 30% foram atribuídos aos Cuidados de Saúde Primários

III. Estrutura de capital

A Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, é uma empresa pública detida a 100% pelo Estado, constituída de acordo com o Decreto-Lei n.º 50-B/2007, de 28 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei 12\2015 de 26 de Janeiro.

De acordo com o consagrado, a sociedade rege-se pelo seu diploma de constituição, pelo regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Dec. Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto) e pela lei reguladora das sociedades comerciais, isto é, pelo Código das Sociedades Comerciais.

Com base no Decreto-Lei n.º 50-B/2007, o Hospital Doutor José Maria Grande de Portalegre, o Hospital Santa Luzia de Elvas e a Sub-Região de Saúde de Portalegre foram transformados na Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, com a transferência dos activos e passivos para a nova entidade.

O Capital Social subscrito e realizado, totalizava a 31 de Dezembro de 2015, o montante de 29.399.907,00 €.

O Capital Social da empresa é detido a 100% pelo Estado.

Com base na resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2008, de 23 de Julho, foi actualizado o calendário de dotações do Capital Estatutário da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, conforme despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde de 28 de Agosto de 2008.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

A ULSNA, EPE não detém participações sociais e obrigações noutras entidades pelo que, relativamente a este capítulo, não são aplicáveis as limitações decorrentes do Código das Sociedades Comerciais nem as previstas no n.º 1 do artigo 44 do Decreto lei N.º 133/2013 de 3 de Outubro.

Órgãos Sociais e Comissões

A. Assembleia Geral

A ULSNA, EPE não tem assembleia geral prevista nos seus estatutos.

B. Administração e Supervisão

Fixado pelo Despacho Conjunto do MEF e SES n.º 15.477/2007, de 22 de Junho, que classificou esta entidade no Grupo B Nível 3.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Doc.	Data	Entidade	Pagadora
2015-2017	Presidente	Dr.ª Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha			ULSNA, EPE	DESTINO
2015-2017	Vogal Executivo	Dr. Joaquim Filomeno Duarte Araújo			ULSAM, EPE	DESTINO
2015-2017	Vogal Executivo	Dr.ª Raquel Maria Pinto Bacharel Bilé	Resolução N.º 10/2015	17-02-2015	ULSNA, EPE	DESTINO
2015-2017	Vogal (Director Clínico)	Dr. Jorge Fernandes Ferreira Gomes			ULSNA, EPE	DESTINO
2015-2017	Vogal (Enfermeiro Director)	Enf. António José Chaves Miranda			ULSNA, EPE	DESTINO
2012-2014	Vogal Executivo	Dr. José Carlos Freixinho	Despacho MF e MS N.º 5118	13-04-2012	CHBM, EPE	DESTINO

SINTESE CURRICULAR

Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha,

Médica assistente graduada sénior de MGF, Cédula Profissional n.º 17491 da OM

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E PROFISSIONAIS

Licenciada em Medicina e Cirurgia, Faculdade Medicina de Lisboa; Internato Geral no H. D. P. (1978-1979); S. M. P. em Castelo de Vide (1980); Internato Complementar MGF (1982 -1985); Grau de Assistente de MGF (1985); Formação de Formadores (1986/87); Grau de Consultor de M.G.F (1995); Assistente Graduado Sénior de M.G.F. (2003)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Presidente Comissão Instaladora e Delegada Saúde (1981/1982); Responsável Distrital C.P.S (1986/1993); Coordenadora Distrital do P. S. E. / S. O. (1986/1993); Directora do C. S. Portalegre (1987/1996); Representante Ministro Saúde na Comissão Distrital (PIPSE) (1987/1991); Membro do Grupo de Planeamento (1986/1993); Representante da ARS Portalegre ICGZS; Coordenadora dos Orientadores de Formação/Orientadora; Membro do G.A.O./ICGZS, do Conselho Científico ICGZS e do Grupo de Planeamento e Núcleo de Garantia Qualidade em Cuidados de Saúde (1989/1991); Coordenadora Distrital do ROR; Representante da Saúde na Comissão Distrital (P.I.P.S.E.); Representante Regional na RNEPS; Coordenadora da Sub-Região de Portalegre (2002/2005); Coordenadora da USF Portus Alacer; Presidente do Conselho de Administração da ULSNA, desde 12/04/ 2012.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Formação de Orientadores; Seminário de alta direcção realizado no INA (2004); PADIS- Programa de Alta Direcção de Instituições de Saúde (2013)

OUTROS ELEMENTOS VALORIZAÇÃO CURRICULAR:

Membro do Colégio da Especialidade de M.G.F., do Conselho Distrital de Portalegre da OM (1987/89); Participa em estudo internacional "Health Behaviour in School-Aged Children", O.M.S (1994); Organiza, colabora e participa como oradora e/ou moderadora em reuniões científicas; Participa em Júris de concurso; Exerce atividades de docência na Escola Superior Saúde

Joaquim Filomeno Duarte Araújo.

Administrador Hospitalar de 2ª Classe

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E PROFISSIONAIS

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica (10/1987) e pós-graduação em Administração Hospitalar na Escola Nacional de Saúde Pública (06/1994).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

.Vogal Executivo no Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, ainda em funções (Despacho n.º 5118/2012, de 11/04l);

.A partir de maio de 2011 iniciou a colaboração como consultor do Projeto Angola LNG;

.Vogal Executivo no Conselho de Administração do Hospital Distrital de Santarém EPE, (Despacho n.º 10 545/2009, de 16/04);

.Vogal Executivo no Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE (Despacho n.º 6 426/2007, de 01/03);

.Vogal Executivo no Conselho de Administração dos Hospitais de Portalegre e Elvas (Despacho n.º 16 603/2005, de 08/07);

.Administrador Hospitalar na Agência de Contratualização Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. Despacho de 15/06/2005

.Administrador Hospitalar, no Departamento de Recursos Humanos da Saúde do Ministério da Saúde na Divisão de Planeamento e Estudos em Janeiro de 2005.

.Diretor do Projeto de Saúde a partir de 01/2001, no Hospital Central de Cabinda e Hospitais Provincial do Zaire e Municipal do Soyo - Província do Zaire em Angola

.Integra o Grupo de Trabalho da Task Force Ano 2000 (Despacho n.º 10150/99 de 29/04;

.Nomeado assessor do Secretário de Estado da Saúde (Despacho n.º 4390/99 de 29/01);

.Iniciou a colaboração com a SubTask Force Ano 2000 (Despacho 03/06/1998);

.Entre 06/1998 e 09/1999, consultor no Banco Mundial para Ministério da Saúde da República da Arménia;

.Administrador Hospitalar (4º grau) no Hospital de Curry Cabral (Despacho de 23/09/1996);

.Integrou o Grupo de Trabalho para a Elaboração da Carta de Equipamentos de Saúde (Despacho n.º 170/96, de 02/05)

.Colocado em 01/09/1995, no Hospital de S. Pedro em Vila Real como Administrador Hospitalar de 4º Grau, (concurso externo de ingresso - DR n.º 126, II série de 31/05/1995);

.Administrador Hospitalar de Área no Hospital de Curry Cabral (08/08/1994) e no Grupo de Trabalho do Projecto Europeu Costaim na ARS de Lisboa e Vale do Tejo (01/06/1994).

Raquel Maria Pinto Bacharel Bilé

Técnica Superior Principal desde 01 de setembro de 2005.

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E PROFISSIONAIS

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa, concluída em 1994.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Nomeada em regime de Contrato Administrativo de Provimento na categoria de Técnica Superior de 2ª Classe Estagiária, da ARS Alentejo-SRS Portalegre em 31/10/95 por despacho do Presidente do Conselho de Administração. Em 11/09/97 nomeada em regime de contrato administrativo de provimento na categoria de técnica superior de 2ª classe. Colocada na Divisão de Gestão Financeira, desempenhou funções técnicas nesta área até 31 de julho de 2002.

Entre 01 de agosto de 2002 e 31 de agosto de 2005, nomeada Directora de Serviços de Administração Geral da SRS de Portalegre por deliberação do Conselho de Administração da ARS do Alentejo em 30/07/2002.

De setembro de 2005 e até janeiro de 2006 desempenhou funções técnicas na Divisão de Gestão Financeira na SRS de Portalegre, tendo em janeiro de 2006 assumido funções de Coordenadora do Serviço de Aproveitamento dos Hospitais de Elvas, Portalegre e SRS, com vista à integração dos Serviços da futura Unidade Local de Saúde.

Em 08 de março nomeada Responsável do Serviço de Aproveitamento e Logística, por deliberação de 08 de março de 2007 do Conselho de Administração da ULSNA, EPE.

Por deliberação de 09 de agosto de 2012 do Conselho de Administração da ULSNA, EPE, nomeada a partir de 01 de setembro de 2012 para o cargo de Directora Executiva do ACES em acumulação com as funções de adjunta do Conselho de Administração.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Seminário de Alta Direcção (SAD) realizado no INA em 2004.

Diploma de Especialização em Gestão de Unidades de Saúde realizado em 2007/2008 pelo INA.

Programa de Formação em Gestão Pública - FORGEP - realizado em 2010 pelo INA.

Curso de Alta Direcção em Gestão de Unidades de Saúde para Gestores realizado em 2013/2014 pelo ISCSP/UTL (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas).

Jorge Fernandes Ferreira Gomes,

Assistente Graduado de Cirurgia Geral do mapa de pessoal da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano no Hospital Dr. José Maria Grande de Portalegre

Portador da Cédula Profissional nº 29767 da Ordem dos Médicos, inscrito na Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E PROFISSIONAIS

Licenciado em Medicina, pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em 15 de novembro de 1985, com a classificação final de 12,34 valores.

Realizou o Internato Geral, no Hospital de Leiria, de fevereiro de 1986 a outubro de 1987.

Realizou o internato complementar, de Cirurgia Geral, no Hospital Distrital de Portalegre com a classificação de 17,1 valores.

Obteve o grau de Consultor da Carreira Médica de Cirurgia Geral, após provas públicas em 30 dezembro 2005.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Director das consultas externas do Hospital Doutor José Maria Grande, de junho de 1999 a janeiro de 2004.

Director do Serviço de Urgência, de janeiro 2004 a abril de 2010.

Director Clínico Hospitalar da ULSNA desde abril 2012.

OUTROS ELEMENTOS DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Orientador de formação de internos da especialidade de Cirurgia Geral

Apresentação de vários trabalhos clínicos, quer como autor quer como coautor.

Inscrito no Colégio da Especialidade de Cirurgia Geral, desde Setembro de 1997;

Membro da Associação dos Médicos da Carreira Hospitalar, desde outubro de 1998;
Membro da Sociedade Portuguesa de Cirurgia, desde outubro de 2000;
Membro da Sociedade Portuguesa de Cirurgia Minimamente Invasiva, desde 2006.



António José Chaves Miranda

Enfermeiro Especialista na área de Enfermagem Comunitária, Cédula Profissional n.º 26030 da OE

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E PROFISSIONAIS

Licenciado em Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem de Portalegre

Doutorando em Educação, com a tese por realizar, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Enfermeiro Diretor da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, desde 2012

Professor assistente na Escola Superior de Saúde de Portalegre de 2002 a 2012

Enfermeiro especialista no Centro de Saúde de Nisa em 2002

Enfermeiro no Hospital Doutor José Maria Grande de Portalegre de 1994 a 2002

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

PADIS- Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde, realizado em Lisboa, de Abril a Julho de 2013 com a colaboração científica da Clínica Universitária de Navarra

Curso de Formação de Formadores, pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional em 2007

Pós-graduação em Educação, Políticas educativas e Ensino Superior, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Curso de Estudos Superiores Especializados em Enfermagem na Comunidade, pela Escola Superior de Enfermagem de Portalegre

OUTROS ELEMENTOS DE VALORIZAÇÃO CURRICULAR

Presidente do CRE – Conselho Regional de Enfermagem da Administração Regional de Saúde do Alentejo

Presidente da Assembleia Geral da ADENNA-Associação para o Desenvolvimento da Enfermagem do Norte Alentejano desde 2009

Vogal do Conselho Regional do Sul da Ordem dos Enfermeiros de 2003 a 2006

Organização, colaboração e participação em vários eventos e reuniões de trabalho; orientações de alunos em ensinos clínicos, estágios e trabalhos de fim de curso; publicação de trabalhos e comunicações.

Dirigente associativo em várias organizações.

COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto pelo Presidente e por um máximo de quatro vogais que exercem funções executivas, incluindo até dois diretores-clínicos um enfermeiro-diretor, designados pelo Ministro da Saúde e das Finanças, por um período de três anos.

O Conselho de Administração é designado pelos Ministros da Saúde e das Finanças, por um mandato com a duração de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas, nos termos dos estatutos anexos ao D. L. n.º 50-B/2007, de 28 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo D. L. n.º 12/2015, de 26 de janeiro.

Não existem quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse, conforme declarações anexas ao presente relatório.

O Conselho de Administração procedeu à delegação de competências, publicada através da Deliberação (extrato) n.º 2221/2014, Diário da República, 2.ª série, N.º 236, em 5 de dezembro de 2014, que anexamos.

O Director Clínico em acumulação com o cargo de direcção clínica, efectua residualmente actividade médica não remunerada na ULSNA, EPE devidamente autorizada.

O Vogal Executivo, Dr. Joaquim Araújo exerceu no mês de Dezembro de 2015, actividade de docência, como assistente convidado, actividade esta autorizada através da Resolução do Conselho de Ministros N.º 10 de 17 de Fevereiro de 2015.

O Enfermeiro Director já exercia e continua a exercer o cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Castelo de Vide.

Membro do Órgão de Administração	Entidade	Acumulação de Funções	
		Função	Regime
Dr. Joaquim Filomeno Duarte Araújo	Escola Superior de Tecnologias e Gestão de Portalegre	Assistente Convidado	Público
Enf. António José Chaves Miranda	Assembleia Municipal de Castelo de Vide	Presidente	Público

A Sociedade MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, procederam à avaliação dos membros do Conselho de Administração, de acordo com as orientações da tutela, baseando-se no grau de cumprimento dos objetivos do contrato programa.

Junto do conselho de administração, funcionam imperativamente as seguintes comissões de apoio técnico, com carácter consultivo:

- Comissão de Integração de Cuidados de Saúde;
- A Comissão de Ética;
- A Comissão de Qualidade e Segurança do doente;
- A Comissão do Controlo da infeção associada aos cuidados de saúde;
- A Comissão de Farmácia e Terapêutica.

A ULSNA, EPE faz a divulgação das diversas comissões de apoio técnico e consultivo no seu site da Internet, que podem ser consultadas no seguinte link:

<http://www.ulsna.min-saude.pt/Ulsna/Paginas/ComissoesTecnicas.aspx>

O Conselho de Administração reúne semanalmente, com a presença de todos os seus membros, excetuando as situações de faltas devidamente justificadas de algum dos seus membros.

Nome	Reuniões previstas	Reuniões agendadas	Reuniões assistidas
Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha - Presidente	53	53	47
Joaquim Filomeno Duarte Araújo - Vogal			48
Raquel Maria Pinto Bacharel Bilé - Vogal			44
Jorge Fernandes Ferreira Gomes - Diretor Clínico			44
António José Chaves Miranda - Enfermeiro Director			50

C. Fiscalização

A ULSNA, EPE não tem órgão de fiscalização previsto nos seus estatutos

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

Fixado pelo Despacho da Ministra de Estado e Finanças n.º 1033/2013, de Setembro, a remuneração anual ilíquida é equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base mensal ilíquido que tiver sido atribuído, nos termos legais ao respectivo Presidente do Conselho de Administração.

Mandato	Identificação SROC/ROC			Designação	Remuneração		Número de Mandatos na sociedade		
Cargo	Nome	Número	Doc	Data	Límite Fixado	Contratada			
(Início - Fim)									
2015-2017	Fiscal Único	Manquito Correia e Associados	SROC 31	Despacho Sec. Estado Tesouro e Finanças n.º 208	15-09-2015	22,5% Remuneração do Presidente	9.575	1	
	Suplente	Dr. José Martins Correia	ROC 203						
Remuneração Anual									
Nome							Bruta	Reduções / Reversões	Bruta Após Reduções
Manquito Correia e Associados							9.575		9.575

E. Auditor Externo

A ULSNA, EPE não tem auditor externo nomeado.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

No que concerne às regras aplicadas às alterações aos estatutos da ULSNA, EPE, estes são efetuados por Lei de acordo com os objectivos e políticas definidas pelo Governo traduzidas nas orientações específicas para o sector da Saúde.

Relativamente aos meios e políticas de comunicação de irregularidades e em cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 18º, do Anexo III, do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de Janeiro, a ULSNA, EPE aprovou, em 21 de Março de 2016, um Regulamento de Comunicação Interna de Irregularidades, cujo objetivo consistiu na criação de um mecanismo, que permita a todos os colaboradores da ULSNA, EPE comunicar, de forma livre e consciente, situações que configurem:

- a) Violações de princípios e disposições legais, regulamentares e deontológicas por parte dos membros dos órgãos estatutários, trabalhadores, fornecedores de bens e prestadores de serviços no exercício dos seus cargos profissionais;
- b) Dano, abuso ou desvio relativo ao património da ULSNA ou dos utentes;
- c) Prejuízo à imagem ou reputação da Instituição;

Corporizando, desta forma, o forte compromisso da ULSNA na condução da sua atividade, no respeito da legalidade e dos princípios vertidos no seu Código de Ética, através de um processo que permita a deteção precoce das situações irregulares.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) da ULSNA, EPE foi desenvolvido por forma a dar cumprimento à Recomendação n.º 1/2009, de 1 de Julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC).

Este Plano constitui uma medida adicional ao controlo interno da ULSNA, EPE assumindo um carácter transversal à instituição no âmbito da eliminação e prevenção de riscos em todas as áreas em que se identifica a sua necessidade, salvaguardando a tomada de decisões em função da legislação vigente, dos procedimentos em vigor e das obrigações contratuais a que a Instituição está vinculada.

No seguimento da Recomendação n.º 1/2009 do CPC, o PPRCIC da ULSNA, EPE contempla a identificação de riscos, medidas preventivas e intervenientes para as seguintes principais áreas de risco:

- Serviço de Gestão da Produção
- Serviços Financeiros
- Serviço de Gestão de Recursos Humanos
- Serviço de Aprovisionamento, Logística e Hotelaria
- Serviços Farmacêuticos
- Serviço de Instalações, Transportes e Equipamentos

• Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação (SSTI)

A presente versão do PPRCIC, aprovada em 9 de Abril de 2014, constitui a segunda revisão ao documento, tendo sido efetuada em articulação com os Serviços da Instituição, que procederam à discriminação dos riscos nas suas áreas de atividade, mencionando a sua probabilidade de ocorrência e respetivo impacto, bem como as medidas e mecanismos de controlo interno para prevenir a sua ocorrência.

Em cumprimento da Recomendação n.º 3/2015 do CPC, de 1 de Julho, que reforça a necessidade de "*os Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas ... identificarem de modo exaustivo os riscos de gestão, incluindo os de corrupção, bem como as correspondentes medidas preventivas*", encontra-se em elaboração uma nova versão do Plano.

B. Controlo interno e gestão de riscos

Relativamente à política de capitais permanentes, a ULSNA, EPE, tem seguido as orientações emanadas da Tutela, nomeadamente no que concerne aos capitais próprios que foram transferidos para esta Unidade de Saúde de acordo com as Portarias aprovadas para o efeito.

Toda a utilização do Capital Estatutário, tem seguido estritamente os projectos contemplados na proposta do Plano Estratégico de 2014/2016.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SEIF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X	
Diversificação de entidades credoras			X	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			X	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			X	
Minimização da prestação de garantias reais			X	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			X	
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			X	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X	
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X	
Reflexão nas DF 2012 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	

Legenda: FC - Fundos comunitários; CP - Capital próprio; S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

Relativamente a procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco financeiro, não existem manuais ou regulamentos aprovados, dado que até ao momento não houve necessidade de recorrer a qualquer tipo de capitais alheios ou financiamento para fazer face aos compromissos assumidos.

A ULSNA,EPE dispõe de vários mecanismos de controlo interno implementados que contribuem para a mitigação dos riscos relevantes, dos quais se destacam:

- Regulamento Interno;
- Código de Ética;
- Serviço de Auditoria Interna;
- Regulamento de Comunicação Interna de Irregularidades;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e respetivo Relatório de Execução anual;
- Manuais de Procedimentos e Instruções de Trabalho dos Serviços;

Em cumprimento do disposto no artigo 17º, do Anexo III, do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de Janeiro, a ULSNA, EPE dispõe de um Serviço de Auditoria Interna, dirigido por um Auditor Interno, apoiado tecnicamente por um Técnico Superior. A este Serviço compete a avaliação dos processos de controlo interno e de gestão de riscos, nos domínios contabilístico, financeiro, operacional, informático e de recursos humanos, contribuindo para o seu aperfeiçoamento contínuo.

No Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que pretende sistematizar o sistema de gestão de riscos da ULSNA, EPE, estão identificados os riscos relevantes, sendo paralelamente efetuada a respetiva avaliação, assim como as medidas preventivas adotadas como resposta aos riscos identificados.

Na definição e avaliação do risco, o PPRCIC toma como referência o guião do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) o qual estabelece que os riscos devem ser classificados em concordância com uma escala de risco elevado, moderado e fraco. O grau de risco é definido em função de duas variáveis, a probabilidade de ocorrência e o impacto previsto aquando da materialização dos riscos.

De acordo com o disposto no n.º 13, do artigo 17º, do Anexo III, do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de Janeiro, "O serviço de auditoria interna depende, em termos orgânicos, da Presidente do Conselho de Administração."

Em cumprimento com o recomendado pelo CPC, o PPRCIC constitui um compromisso formal de reforço ao Sistema de Controlo Interno e Sistema de Gestão de Riscos, promovendo o alinhamento dos processos de gestão para com a visão, missão e objetivos estratégicos da ULSNA, EPE. O Plano procede à identificação sistemática, por Serviços e Unidades Orgânicas, dos riscos das atividades, com destaque para a contratação pública, no âmbito da corrupção, infrações conexas, de situações que possam consubstanciar eventuais conflitos de interesses e de outros, que por ação ou omissão de trabalhadores, fornecedores ou utentes, possam redundar em falhas nos processos de gestão e de tomada de decisão ou que de algum modo possam colocar em causa o património ou a imagem da Instituição.

A identificação dos riscos é seguida da respetiva classificação, quanto à probabilidade de ocorrência e impacto previsto, da enumeração de medidas de prevenção e mitigação, e da indicação dos responsáveis pela sua concretização, possibilitando ao Conselho de Administração, a constituição de um instrumento pelo qual pode estabelecer critérios de avaliação e gestão dos riscos detetados, priorizando medidas de mitigação dos efeitos adversos que estes representam.

C. Regulamentos e Códigos

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), "entidade administrativa independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas, que desenvolve", nos termos da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, "uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas", produziu a Recomendação n.º 1/2009, de 1 de Julho, que vincula "os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza" a elaborar Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC). Em 7 de Abril de 2010, aquele Conselho aditou, através da Recomendação n.º 1/2010, a necessidade de tais planos serem publicitados no sítio da internet das entidades.

Tal desiderato foi, posteriormente, reforçado pelo n.º 1, do artigo 46.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, determinando para as Empresas Públicas o dever de cumprir "a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, devendo elaborar anualmente um relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências, de factos mencionados na alínea a) [] do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro". O n.º 2, do artigo 46.º do mesmo Decreto-Lei determina, ainda, que o Relatório referido no número anterior deva ser publicitado no sítio da internet das entidades.

No ano de 2014 foi revisto o PPRCIC da ULSNA, EPE, tendo-se procedido a uma análise das várias áreas consideradas como de maior suscetibilidade de gerarem riscos que, em potência, pudessem colocar em causa a imagem, património ou o cumprimento da estratégia e objetivos institucionais. Procedeu-se à identificação dos riscos, avaliando, simultaneamente, a probabilidade da sua ocorrência e impacto previsto, concluindo-se na transcrição de medidas preventivas que proporcionassem, a esta Unidade Local de Saúde, um sistema de controlo interno capaz de os mitigar.

No ano de 2015, tendo-se auscultado os dirigentes dos Serviços envolvidos na identificação dos riscos descritos no PPRCIC, foi elaborado um Relatório sobre a respetiva execução, referindo-se em que medida foram geridos aqueles riscos no exercício anterior.

Em cumprimento da regulamentação e legislação em vigor, o Relatório encontra-se publicitado no sítio da internet da ULSNA, EPE, em <http://www.ulsna.min-saude.pt/Documentos/DocumentosULSNA>

O Relatório de execução do PPRCIC, concernente ao exercício de 2015, encontra-se, conforme estimado no Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2016, em fase de elaboração.

Por fim, cumpre ainda referir que a ULSNA, EPE rege-se pelo regime jurídico aplicável às Entidades Públicas Empresariais, com as especificidades previstas no Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro e nos respectivos estatutos, bem como nos regulamentos internos e nas normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde que não contrariem as normas previstas no citado diploma.

Actualmente a ULSNA, EPE rege-se pela carta deontológica da Administração Pública. E pelo seu código de ética aprovado em 12 de Dezembro de 2012.

Estes códigos podem ser consultados em <http://www.ulsna.min-saude.pt/Documentos/Paginas/default.aspx>

D. Deveres especiais de informação

A ULSNA, EPE, tem apresentado os planos de actividades anuais e plurianuais bem como os orçamentos anuais, incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado. Os planos de investimento anuais e plurianuais são parte integrante do plano de actividades, orçamento anual e do plano estratégico para análise plurianual. Numa base mensal a ULSNA, EPE, introduz a informação financeira do ano corrente, na plataforma SIRIEF.

Foram elaborados o Plano de Actividades e Orçamento para 2015, sendo que os mesmos foram aprovados pelo Conselho de Administração, e submetidos à Tutela e deram origem ao contrato programa entretanto assinado, que norteia toda a actividade da ULSNA, EPE.

Relativamente aos documentos de prestação de contas, relatórios, e demais informação financeira, podemos identificar os links onde se procede a essa divulgação:

- Sites Institucionais

<http://online.dgo.pt/Servicosonline/LoginDGO.aspx>

<http://www.acss.min-saude.pt/so-uogf/>

<http://pulsar.min-saude.pt/Paginas/default.aspx>

<https://sigo.min-financas.pt/sigoRoot/sigo/default.jsp>

<https://sirief.dgtf.pt/sites/sirief/dados/default.aspx>

E. Sítio da Internet

No sítio da ULSNA, EPE, estão divulgados os seguintes documentos:

a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;

http://www.ulsna.min-saude.pt/Documentos/DocumentosULSNA/Identificacao_empresa

b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;

<http://www.ulsna.min-saude.pt/Documentos/DocumentosULSNA/Estatutos da ULSNA-EPE>

c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

<http://www.ulsna.min-saude.pt/Documentos/DocumentosULSNA/OrgaosSociais>

d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;

<http://www.ulsna.min-saude.pt/Documentos/Paginas/RelatorioContas.aspx>

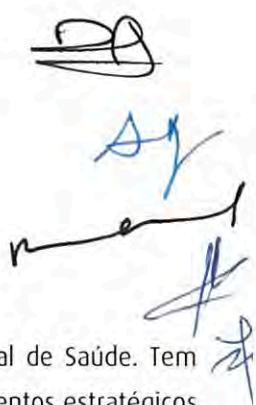
e) Obrigações de serviço público a que a entidade está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

http://www.ulsna.min-saude.pt/Documentos/DocumentosULSNA/Identificacao_empresa

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

<http://www.ulsna.min-saude.pt/Documentos/DocumentosULSNA/Esforço Financeiro Publico>

http://www.ulsna.min-saude.pt/Documentos/DocumentosULSNA/Identificacao_empresa



F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

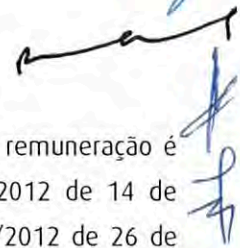
A ULSNA, EPE é uma entidade integrante do serviço público, nomeadamente do Serviço Nacional de Saúde. Tem uma carteira de serviços definida superiormente pelo Ministério da Saúde que incorpora os documentos estratégicos de planeamento sendo o vigente, referente ao triénio 2015-2017.

Por outro lado, todos os anos é celebrado um contrato programa/acordo modificativo entre o Ministério da Saúde e a Unidade Local que define as orientações e objetivos de gestão no âmbito do compromisso social assumido refletida em termos de produção contratada a respetiva remuneração e os incentivos institucionais atribuídos em função do cumprimento de objetivos de desempenho e eficiência económico-financeira nacionais e regionais.

Assim, o valor do financiamento relativo à prestação de cuidados a beneficiários do SNS por parte da ULSNA, EPE é determinado por aquele documento resultante de um processo negocial entre a ULSNA, EPE, a ARSA, I.P. e a ACSS, I.P. em função da:

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, EPE

Objetivos de Cuidados de Saúde Primários	Peso Relativo (%)	Realizado 2015	Meta 2015	Grau Cumprimento Ajustado	Ponderação GCA	Realizado 2014
Eixo Nacional						
Taxa de domicílios enfermagem por 1.000 inscritos	1,20%	440,78	400,00	110,2%	1,32%	439,90
Taxa de utilização de consultas médicas - 3 anos	1,50%	89,63%	90,00%	99,6%	1,49%	89,04%
Proporção utentes >= 14 A, c/ hábitos tabágicos	1,20%	45,08%	45,00%	100,2%	1,20%	36,43%
Proporção idosos sem anual/sedal/hipnót.	1,20%	57,84%	63,00%	91,8%	1,10%	58,44%
Proporção jovens 14 A com cons. méd. vig. e PNV	0,75%	63,26%	62,00%	102,0%	0,77%	57,89%
Despesa medicamentos faturados por utilizador (PVP)	4,80%	165,63 €	165,00 €	99,6%	4,78%	163,25%
Despesa MCDTs prescritos por utilizador SNS (p. conv.)	2,40%	43,38 €	36,00 €	79,5%	1,91%	35,55 €
Proporção cons. méd. presenças, com ICPC-2	1,80%	87,57%	80,00%	109,5%	1,97%	74,63%
Incidência de amputações maior Minif. (DM), em residentes	0,90%	0,60	0,20	0,0%	0,00%	0,25
Proporção de RN de termo, de baixo peso	0,45%	1,70%	1,50%	86,7%	0,39%	1,03
Taxa internamento DCV, entre residentes > 65 A	0,90%	6,70%	6,00%	88,3%	0,79%	8,93
Índice de acompanhamento adequado em PI, na MIF	1,80%	0,58	0,60	96,7%	1,74%	—
Proporção medicamentos prescritos, que são genéricos	1,80%	53,80%	53,00%	101,5%	1,83%	50,35%
Proporção utilizadores satisfeitos ou muito satisfeitos	1,80%	—	—	100,0%	1,80%	—
Eixo Regional						
Proporção hipertensos com risco cardiovascular (3 anos)	0,72%	47,15%	40,00%	117,9%	0,85%	30,34%
Proporção obesos > 14 anos, com consulta de vigilância de obesidade nos últimos 2 anos	2,19%	53,39%	45,00%	118,6%	2,60%	36,71%
Proporção novos DM2 em terapêutica c/ metformina monot.	0,75%	71,94%	72,00%	99,9%	0,75%	68,93%
Proporção de mulheres [25; 60] anos, com colpocitologia (3 anos)	1,44%	51,03%	55,00%	92,8%	1,34%	50,84%
Eixo Local						
Proporção de grávidas com consulta médica vigilância 1º trimestre	1,62%	87,25%	82,00%	106,4%	1,72%	87,53%
Proporção DM com consulta enfermagem vigilância DM último ano	0,78%	82,74%	84,00%	98,5%	0,77%	76,59%
Objetivos de Cuidados de Saúde Secundários	Peso Relativo (%)	Realizado 2015	Meta 2015	Grau Cumprimento Ajustado	Ponderação GCA	Realizado 2014
Eixo Nacional						
Acesso						
% de primeiras consultas no total de consultas médicas	1,35%	28,66%	30,0%	95,5%	1,29%	27,24%
% de utentes referenciados para consulta externa atendidos em tempo adequado	1,35%	70,09%	85,0%	82,5%	1,11%	73,50%
Peso das consultas externas com registo de alta no total de consultas externas	1,35%	9,89%	15,0%	65,9%	0,89%	7,76%
% inscritos em LIC (neoplasias malignas) com tempo de espera <= 1MRG	1,35%	54,84%	95,0%	57,7%	0,78%	54,84%
Permitagem de doentes analisados para a RNCCI, em tempo adequado, no total de doentes tratados	1,35%	153,74	100,00	120,0%	1,62%	119,45
Desempenho Assistencial						
Demora Média	1,80%	8,30	7,30	86,3%	1,55%	8,39
% de reinternamentos em 30 dias	1,80%	7,69%	7,7%	100,1%	1,80%	7,91%
% de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo	1,80%	1,74%	1,0%	0,0%	0,00%	1,16%
% de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	1,80%	14,35%	50,0%	0,0%	0,00%	17,35%
% de cirurgias realizadas em ambulatório no total de cirurgias programadas (GDH) - para procedimentos ambulatorizáveis	1,35%	70,50%	70,0%	100,7%	1,36%	70,48%
% de consumo de embalagens de medicamentos genéricos, no total de embalagens de medicamentos	1,35%	43,56%	47,0%	92,7%	1,25%	38,48%
Taxa de registo de utilização da "Lista de Verificação de Atividade Cirúrgica" (Cirurgia Segura)	1,35%	—	97,0%	100,0%	1,35%	—
Eixo Regional						
Proporção de Diabéticos Mellitus com exame oftalmológico no último ano	3,60%	—	25,0%	100,0%	3,60%	—
Tx de crescimento dos custos com medicamentos faturados em farmácia de oficina	2,40%	4,96%	8,4%	59,0%	1,42%	3,65%
% de casos com "Estado do tumor após tratamento" desconhecido	0,60%	—	10,0%	100,0%	0,60%	n/d
Incidência de infeção hospitalar por staphylococcus aureus, por 1.000 doentes admitidos	1,05%	7,59	10,09	75,2%	0,79%	6,73
% de embalagens de quinolonas faturadas no total de embalagens de antibióticos faturados (em ambulatório)	1,05%	13,42%	15,0%	89,5%	0,94%	14,59%
% consultas referenciadas pelos CSP no total de consultas externas	1,50%	8,07%	14,0%	57,6%	0,86%	7,18%
Índice global de desempenho dos cuidados de saúde primários	1,80%	83,50%	80,0%	104,4%	1,88%	62,74%
OBJETIVOS NACIONAIS DE EFICIÊNCIA/ SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA	Peso Relativo (%)	Realizado 2015	Meta 2015	Grau Cumprimento Ajustado	Ponderação GCA	Realizado 2014
Eixo Nacional						
% dos gastos com horas extraordinárias, suplementos e fornecimentos de serviços externos (seleccionados), no total de gastos com pessoal	10,00%	21,10%	23,5%	110,2%	11,02%	21,92%
EBITDA	10,00%	1.390.993,98 €	587.580,00 €	120,0%	12,00%	3.230.317,45 €
% de proveitos operacionais extra contrato-programa, no total de proveitos operacionais	10,00%	6,14%	6,6%	93,0%	9,30%	7,32%
Acréscimo de dívida vencida	10,00%	0,00 €	0,00 €	100,0%	10,00%	—
					94,5%	
Valor Objectivos					7.580.313,00 €	
Execução Objectivos					7.166.251,29 €	



VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

Nos termos do fixado pela Resolução do Conselho de Ministros nº10/2015 de 17 de Fevereiro, a remuneração é apurada de acordo com a metodologia definida na resolução do Conselho de Ministros nº16/2012 de 14 de Fevereiro e à classificação atribuída à ULSNA, EPE pela Resolução do Conselho de Ministros nº36/2012 de 26 de Março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros nº97/2012 de 21 de Novembro, sem prejuízo do disposto no nº1 do artigo 12º da Lei nº12-A/2010, de 30 de Junho, na Lei do Orçamento de Estado de 2015 e no artigo 2º da Lei nº75/2014 de 12 de Setembro, bem como de outras reduções legais definidas.

As remunerações dos restantes dirigentes da empresa, diretores de departamento, enfermeiros coordenados, adjuntos para a gestão, diretores de serviço, enfermeiros chefes, foram definidos em primeiro lugar equiparação à tabela remuneratória dos trabalhadores com contrato em funções públicas, pela legislação aplicável aos dirigentes intermédios de 2º grau, do regime remuneratório aplicado as carreiras especiais e do Regulamento Interno da ULSNA; EPE homologado pelo Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. em 29 de Outubro de 2015.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

A ULSNA, EPE não tem comissão de fixação de remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

A ULSNA, EPE, no cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças não atribuiu quaisquer prémios de gestão e em sintonia com as orientações do ofício n.º 1730, de 25 de Fevereiro, não realizou qualquer actualização salarial para o ano de 2015.

Atento o disposto no artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, mantido em vigor pelo artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, actualmente artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que vedou a prática de actos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos titulares de cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do artigo 19.º, não foram atribuídos prémios de desempenho, nem ocorreram progressões e promoções.

Procedeu-se também ao cumprimento da redução remuneratória, aplicável aos trabalhadores da ULSNA, EPE, prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, em conformidade com o determinado no artigo 35.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.

De acordo com o disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Dec.- Lei N.º 8/2012 de 18 de Janeiro, não existe qualquer tipo de cartão de crédito ou outro instrumento de pagamento de despesas ao serviço da empresa. No mesmo sentido não são reembolsadas quaisquer despesas de representação pessoal aos gestores. Contudo, foi solicitado ao IGCP um cartão de crédito, com o intuito de efectuar pagamentos tais como:

Execuções Fiscais e de Penhora e Pagamentos ao Estado, uma vez que não dispúnhamos de instrumentos que nos permitissem efectuar estas entregas de forma mais expedita.

No exercício de 2015, à semelhança dos anos anteriores, não houve pagamento de qualquer complemento de reforma nos termos do N.º 3 do artigo 78º da Lei 82-B/2014 de 31 de Dezembro.

A ULSNA, EPE rege-se em termos remuneratórios dos seus colaboradores por equiparação às tabelas remuneratórias aplicáveis aos trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas, pelo que neste aspecto não há diferenças salariais por género.

D. Divulgação das Remunerações

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de Representação
Dr.ª Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha	S	B	4.957	132
Dr. Joaquim Filomeno Duarte Araújo	S	B	2.987	844
Dr.ª Raquel Maria Pinto Bacharel Bilé	S	B	2.812	844
Dr. Jorge Fernandes Ferreira Gomes	S	B	4.107	844
Enf. António José Chaves Miranda	S	B	2.812	844
Dr. José Carlos Freixinho	S	B	2.812	844

Nome	Remuneração Anual					
	Variável	Fixa	Bruta	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Bruta após Reduções
Dr.ª Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha	0	82.977,17	82.977,17	117.632	126123	72.522,08
Dr. Joaquim Filomeno Duarte Araújo	0	51945,30	51945,30	6.816,76	703,26	45.831,80
Dr.ª Raquel Maria Pinto Bacharel Bilé	0	44.953,53	44.953,53	5.770,46	587,11	39.770,88
Dr. Jorge Fernandes Ferreira Gomes	0	67.622,08	67.622,08	9.517,66	1022,74	59.127,66
Enf. António José Chaves Miranda	0	49.492,05	49.492,05	6.336,14	643,57	43.799,48
Dr. José Carlos Freixinho	0	4.069,90	4.069,90	409,76	36,26	3.696,40

Nome	Subsídio de Refeição	Montante pago Ano	Benefícios Sociais				
			Identificar	Valor	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros
Dr.ª Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha	4,27	1024,80	CGA/ADSE	17.953,22	0,00	0,00	0,00
Dr. Joaquim Filomeno Duarte Araújo	4,27	1020,53	CGA/ADSE	10.885,16	0,00	0,00	0,00
Dr.ª Raquel Maria Pinto Bacharel Bilé	4,27	930,86	CGA/ADSE	9.529,67	0,00	0,00	0,00
Dr. Jorge Fernandes Ferreira Gomes	4,27	871,08	CGA/ADSE	14.042,83	0,00	0,00	0,00
Enf. António José Chaves Miranda	4,27	1024,80	CGA/ADSE	10.402,87	0,00	0,00	0,00
Dr. José Carlos Freixinho	4,27	0	CGA/ADSE	824,22	0,00	0,00	0,00

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta	Reduções / Reversões	Bruta Após Reduções
Maniquito Correia e Associados	9.575		9.575

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

As transacções mais relevantes que são levadas a cabo com entidades relacionadas, são as decorrentes dos serviços assistenciais prestados a beneficiários do SNS, assim como os encargos com fármacos assumidos integralmente pela ULSNA, EPE.

São ainda processados e pagos os encargos decorrentes da prestação de serviços nas entidades convencionadas do sector privado bem como todos os subcontratos decorrentes da emissão de termos de responsabilidade a outras Entidades do SNS ou do sector privado para concretização de MCDT'S.

A ULSNA, EPE em matéria de aquisição de bens, serviços e obras e equipamentos rege-se pelo Decreto-Lei N.º 18/2008 de 29 de Janeiro (CCP).

Nos termos do Decreto-Lei N.º 149/2012 de 12 de Julho foi revogado o n.º 3 do art. 5º do Decreto-Lei N.º 18/2008 de 29 de Janeiro, passando a ser obrigatória, a partir de 12 de Agosto de 2012, a aquisição de bens e serviços ao abrigo do código de contratação pública, independentemente do valor de aquisição.

Dadas as medidas preconizadas pela tutela, a ULSNA, EPE aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, bem como às compras centralizadas de bens e serviços no SNS por intermédio da SPMS (Serviços Partilhados do Ministério da Saúde).

Pela sua relevância (em termos de volume de transacções anuais, ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos:> 5%), há a referir as entidades abaixo indicadas.

ENTIDADE	DESIGNAÇÃO	VALOR	PESO %
9607199	FUNDACAO RENAL PORTUGUESA- CENTRO DE PORTALEGRE	2.101.714,19	9,15%
9620026	SUCH SERVICO DE UTILIZACAO COMUM DOS HOSPITAIS	1.933.422,90	8,42%
9610047	IIHSCJ D MANUEL TRINDADE SALGUEIRO	1.691.360,83	7,36%
975803	HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA	1.282.457,27	5,58%

Não existem procedimentos contratuais efectuados fora do mercado, as aquisições são efectuadas cumprido o estabelecido na Lei Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Uma definição comumente aceite, que defina empresa sustentável, é aquela que gera lucros para os seus accionistas sem causar impactos negativos nos outros stakeholders da empresa.

A organização tem de atingir o seu objectivo principal, mantendo impactos positivos em todos aqueles que participam directa ou indirectamente das suas actividades o que permitirá a sua continuidade.

No caso de uma Unidade Local de Saúde este conceito tem necessariamente de se aplicar uma vez que prossegue um objectivo de interesse público – a manutenção da saúde e prevenção e tratamento da doença na população abrangida. Simultaneamente terá de garantir a consonância com os objectivos económicos e financeiros do accionista Estado.

A ULSNA, EPE, cumpre a sua missão e objectivos determinados de uma forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente.

Vertente Económica

A ULSNA, EPE, elabora planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta os objectivos fixados pelo accionista. Nesta vertente, podemos constatar a consolidação da situação económica da ULSNA, EPE, que no presente ano manteve a tendência do crescimento dos resultados, alcançando um resultado liquido positivo antes de impostos de 107 838,28€.

Foi fomentada a interligação com os fornecedores, bem como a livre concorrência, sendo promovida a realização de concursos públicos.

Todos os clientes e fornecedores são tratados com equidade, bem como outros titulares de interesses legítimos.

Conduz os seus negócios com integridade, formaliza-os adequadamente e não realiza despesas confidenciais ou não documentadas.

Vertente Social

Os trabalhadores da ULSNA, EPE são na sua maioria funcionários com contratos de trabalho em funções públicas (61,85% do pessoal da ULSNA, EPE), pelo que a sua progressão e promoção salarial está fortemente condicionada pelas directrizes a que as empresas do sector público empresarial estão sujeitas.

Foram adoptados planos de igualdade de forma a alcançar uma efectiva igualdade de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres, eliminando discriminações, e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

No que concerne às parcerias de cariz social existem em todos os quinze concelhos da área de influência da ULSNA, EPE, nomeadamente, as Comissões de Protecção a Crianças e Jovens (CPCJ) através dos protocolos de intervenção

precoce assinados com a ARSA, IP, Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR) Intervenção Precoce (IP), Rede Social (RS) Núcleo Local de Intervenção para Análise e Atribuição do Rendimento Mínimo de Inserção (NLI), Programa de Apoio ao Jovem e Adolescente (CUIDA-TE). Existem ainda, parcerias de âmbito local na área do apoio à terceira idade.

As Unidades Móveis de Saúde participam em actividades várias de rastreio no âmbito dos programas de saúde

Vertente Ambiental

A ULSNA, EPE implementou, integrado no sistema de gestão de resíduos hospitalares a que legalmente está obrigada, uma triagem diferenciada das fileiras valorizáveis (papel/cartão, plástico, vidro, lâmpadas fluorescentes, pilhas e acumuladores, tinteiros e tonners, equipamento eléctrico e electrónico e monstros) que encaminha para a empresa de gestão e tratamento de resíduos sólidos do distrito (a custo zero), diminuindo assim os custos inerentes ao tratamento dos resíduos inadequadamente separados como perigosos. Tendo também em vista o uso mais eficiente dos recursos energéticos e a diminuição da produção de resíduos, a ULSNA, EPE substituiu as impressoras de secretária por impressoras multifunções inteligentes configuradas para impressão monocromática e frente e verso.

De acordo com o princípio da sustentabilidade ambiental, a ULSNA, EPE tem desenvolvido e implementado boas práticas ambientais que têm permitido garantir a sua viabilidade económica, preservando a qualidade dos serviços de saúde prestados.

X. Avaliação do Governo Societário

A ULSNA, EPE procede à apresentação regular e periódica de toda a informação necessária à avaliação dos níveis de desempenho nas vertentes assistenciais, económica e financeira.

É enviado periodicamente à Administração Central do Sistema de Saúde, IP, e à Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP, o desenvolvimento da actividade realizada. Bem como, o modo como esta tem vindo a satisfazer as necessidades em saúde da população do distrito de Portalegre. É ainda enviado periodicamente a informação financeira de acordo com o normativo instituído à Direcção Geral de Tesouro e Finanças, através dos sistemas de informação de reporte.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão: Objectivos indexados ao índice de desempenho global da ULSNA,EPE	X			94,5%	Previsional A ULSNA, EPE não tem recorrido a financiamento externo
Gestão de Risco Financeiro			X		
Limites de Crescimento ao endividamento			X		O Relatório e contas de 2014 ainda não se encontra aprovado, pelo que ainda não foram feitas as recomendações.
Evolução do PMP a fornecedores	X			PMP 85 dias	
Atrasos nos Pagamentos ("arrears")		X		1.193.199€	
Recomendações do accionista na aprovação de contas					
Recomendações			X		Correspondem a 8 processos de visto
Remunerações: Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º41º da Lei 82-B/2014, de 31/12	X				
Órgãos Sociais - Reduções e reversões remuneratórias Vigentes em 2015	X			40.567	
Auditor Externo - Redução remuneratória nos termos do art.º 35º da Lei 82-B/2014, de 31/12			X		
Restantes trabalhadores - Reduções e reversões remuneratórias Vigentes em 2015	X				
Restantes trabalhadores - Proibição de Valorizações Remuneratórias nos termos do art.º 38 Lei 82-B/2014, de 31/12	X			1.431.182	
Complementos de Reforma - N.º 3 do artigo 78º da Lei N.º82-B/2014 Suspensão do pagamento de complemento de reforma, nos casos em que as empresas apresentem resultados líquidos negativos nos últimos três exercícios (2014, 2013 e 2012)			X		
Artigo 32º do EGP Utilização de cartões de crédito		X			
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			
Despesas não documentadas - N.º 2 do artigo 16º do DL N.º 133/2013 Proibição de realização de despesas não documentadas		X			
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - N.º 2 da RCM N.º18/2014 Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens			X		
Contratação Pública Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação públicas pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			27 contratos no valor total de 5.263.983€	
Prevenção da Corrupção - N.º 1 do artigo 46º do DL N.º 133/2013 Elaboração e divulgação do relatório anual	X			http://www.ulsna.min-saude.pt/Documentos/Paginas/default.aspx	
Auditorias Tribunal de Contas Adesão ao Sistema Nacional de compras públicas	X	X			
Parque automóvel Número de viaturas	X			90 Viaturas	
Gastos com viaturas				352.072 €	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (art.º 61da Lei N.º 82-B/2014, de 31/12) Redução de número de Efetivos e Cargos Dirigentes (art.º 60 da Lei N.º 82-B/2014 de 31/12) N.º efetivos	X		X	-34 efectivos	Das quais existem 38 em renting
Volume de Negócios/N.º de Trabalhadores			X	50.911e	
N.º de cargos dirigentes			X	0	
Princípio da Unidade de Tesouraria Disponibilidades Centralizadas no IGCP	X			9.744.489,92	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			0€	

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

XI. Anexos do RGS

- Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2015.
- Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- Declarações a que se referem os artigos 51.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. (Independência e Conflitos de Interesses)
- Delegação de competências, publicada através da Deliberação (extrato) n.º 321/2016, Diário da República, 2.ª série, N.º 45, em 4 de Março de 2016.
- Organograma
- Glossário de Siglas

-----EXTRATO DA ACTA NÚMERO DEZOITO/2016-----

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, reuniu, extraordinariamente, o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, estando presentes: **Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha**, que preside; **Joaquim Filomeno Duarte Araújo**, Vogal Executivo; **Raquel Maria Pinto Bacharel Bilé**, Vogal Executiva; **Jorge Fernandes Ferreira Gomes**, Diretor Clínico da área hospitalar e **António José Chaves Miranda**, Enfermeiro Diretor, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

Doc.1 – Relatório do Governo Societário de 2015 – deliberado aprovar o relatório do Governo Societário do exercício económico do ano de 2015.-----

ULSNA, EPE, 29 de abril de 2016.-----

O Conselho de Administração

ULSNA-EPE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DORINDA CALHA, Presidente

JORGE FERNANDES FERREIRA GOMES, Diretor Clínico

ANTÓNIO MIRANDA, Enfermeiro Diretor

RAQUEL BACHAREL BILÉ, Vogal Executiva

JOAQUIM ARAÚJO, Vogal Executivo

Ag
r
f
h

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse

(artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

DORINDA MARIA DE CARVALHO GOMES CALHA, contribuinte fiscal número 135943486, com domicílio na Praceta dos Lusíadas, n.º 2 R/C, em Portalegre, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E., ULSNA, E.P.E., em cumprimento do disposto no artigo 52.º, do D. L. n.º 133/2013, de 3 de outubro, declara sob compromisso de honra não ter sido, durante o ano de 2015, detentora de quaisquer participações patrimoniais na ULSNA, E.P.E., assim como nunca ter mantido, quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Portalegre, 11 de Março de 2016



Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha

20
Ag
ma
27

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse
(artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

JORGE FERNANDES FERREIRA GOMES, contribuinte fiscal número 125008317, com domicílio na Avenida Pio XII, Bloco A, nº2º A em Portalegre, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E., ULSNA, E.P.E., em cumprimento do disposto no artigo 52º, do D. L. n.º 133/2013, de 3 de outubro, declara, sob compromisso de honra não ter sido, durante o ano de 2015, detentor de quaisquer participações patrimoniais na ULSNA, E.P.E., assim como nunca ter mantido, quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Portalegre, 11 de Março de 2016


Jorge Fernandes Ferreira Gomes

AD
Ag
B
H

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse
(artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

RAQUEL MARIA PINTO BACHAREL BILÉ, contribuinte fiscal número 204 060 800, com domicílio na Rua Augusto César de Oliveira Tavares, n.º 29, R/C, em Portalegre, na qualidade de Vogal Executiva do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E., ULSNA, E.P.E., em cumprimento do disposto no artigo 52º, do D. L. n.º 133/2013, de 3 de outubro, declara sob compromisso de honra não ter sido, durante o ano de 2015, detentora de quaisquer participações patrimoniais na ULSNA, E.P.E., assim como nunca ter mantido, quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Portalegre, 11 de Março de 2016



Raquel Maria Pinto Bacharel Bilé

Three handwritten signatures in blue ink are located in the top right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be initials or names.

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse

(artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

JOAQUIM FILOMENO DUARTE ARAÚJO, contribuinte fiscal número 114 654 239, com domicílio na Rua das Eirinhas, nº 2 – 2º B, em Portalegre, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E., ULSNA, E.P.E., em cumprimento do disposto no artigo 52º, do D. L. n.º 133/2013, de 3 de outubro, declara sob compromisso de honra não ter sido, durante o ano de 2015, detentor de quaisquer participações patrimoniais na ULSNA, E.P.E., assim como nunca ter mantido, quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Portalegre, 11 de Março de 2016

A handwritten signature in black ink, which appears to read "Joaquim Filomeno Duarte Araújo", is written over a horizontal line.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse
(artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

ANTÓNIO JOSÉ CHAVES MIRANDA, contribuinte fiscal número 192977938, com domicílio na Quinta do Ribeiro da Goleima, Paineal das Lages Caixa nº.9, em Castelo de Vide, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E., ULSNA, E.P.E., em cumprimento do disposto no artigo 52º, do D. L. n.º 133/2013, de 3 de outubro, declara sob compromisso de honra não ter sido, durante o ano de 2015, detentor de quaisquer participações patrimoniais na ULSNA, E.P.E., assim como nunca ter mantido, quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Portalegre, 11 de Março de 2016

[Handwritten signature of António José Chaves Miranda]
António José Chaves Miranda

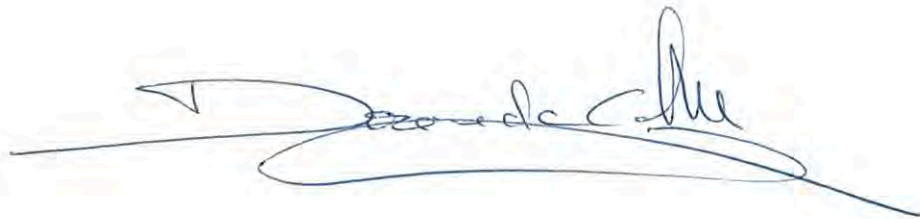
DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA
(artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Ag
n
K
K

Eu, Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.





Portalegre, 31 / 03 / 2015

(Assinatura)



Dorinda Calha
Presidente do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA
(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Jorge Fernandes Ferreira Gomes declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Portalegre, 31 / 03 / 2015



(Assinatura)

Jorge F. Gomes
Director Clínico Hospitalar


DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA
(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)






Eu, António José Chaves Miranda declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Portalegre, 31 / 03 / 2015


(Assinatura)

António José Chaves Miranda
Enfermeiro Director

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA
(artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)






Eu, Raquel Maria Pinto Bacharel Bilé declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Portalegre, 31 / 03 / 2015



(Assinatura)

RAQUEL BACHAREL BILÉ
Vogal Executiva do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA
(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a blue 'Aj' and a black 'naf'.

Eu, Joaquim Filomeno Duarte Araújo declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Portalegre, 31 / 03 / 2015



(Assinatura)

Joaquim Araújo
Vogal Executivo do Conselho de Administração

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 2915/2016

Na sequência de procedimento concursal, aberto por aviso (extrato) n.º 6717/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 17 de junho de 2015 e por Deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E. P. E., de 22 de janeiro de 2016, Prof. Doutor Miguel José de Carvalho Viana Baptista, Assistente Graduado de Neurologia, é nomeado, Assistente Graduado Sênior de Neurologia, da carreira especial médica, posicionado no nível remuneratório 44, com o regime de horário de 35 horas semanais, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E. P. E., com efeitos à data da publicação deste aviso, ficando exonerado do cargo anterior. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas)

25 de fevereiro de 2016. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Dr.ª Maria Celeste Silva*.

209390925

Aviso (extrato) n.º 2916/2016

Na sequência de procedimento concursal, aberto por aviso (extrato) n.º 6716/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 17 de junho de 2015 e por Deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E. P. E., de 22 de janeiro de 2016, Dr. Rui Manuel Trindade Paulo dos Anjos, Assistente Graduado de Cardiologia Pediátrica, é nomeado, Assistente Graduado Sênior de Cardiologia Pediátrica, da carreira especial médica, posicionado no nível remuneratório 44, com o regime de horário de 35 horas semanais, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E. P. E., com efeitos à data da publicação deste aviso, ficando exonerado do cargo anterior. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas)

26 de fevereiro de 2016. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Dra. Maria Celeste Silva*.

209391176

INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S. A.

Despacho n.º 3394/2016

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e ao abrigo do Despacho n.º 16370/2013, de 27 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 245, de 18 de dezembro, considerando que:

a) A missão da Infraestruturas de Portugal, S. A., e a necessidade da contratação da Gestão, Coordenação, Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada de RIV do troço Pk 65+050 (boca de saída do lado de Mortágua do túnel do Trezói) ao PK 72+990 (Mortágua) — Fase I B;

b) A duração do contrato e o valor máximo dos encargos a suportar pela Infraestruturas de Portugal, S. A. exigem a repartição destes por sucessivos anos económicos.

1 — O Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S. A., deliberou em reunião de CA de 2015-10-15, proceder ao lançamento do procedimento pré-contratual necessário à contratação da Gestão, Coordenação, Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada de RIV do troço Pk 65+050 (boca de saída do lado de Mortágua do túnel do Trezói) ao PK 72+990 (Mortágua) — Fase I B, pelo valor de 370.000,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor e autorizou a assunção do respetivo compromisso plurianual, que envolve despesa em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2016 — 300.000,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

Ano de 2017 — 70.000,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

2 — O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

3 — A Infraestruturas de Portugal, S. A. não tem quaisquer pagamentos em atraso.

4 — Os encargos inerentes à celebração do contrato envolvem apenas receitas próprias da Infraestruturas de Portugal, S. A.

2015-10-15. — O Conselho de Administração Executivo: *José Serrano Gordo*, vice-presidente — *Alberto Diogo*, administrador.

209388869

Despacho n.º 3395/2016

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e ao abrigo do Despacho n.º 16370/2013, de 27 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 245, de 18 de dezembro, considerando que:

a) A missão da Infraestruturas de Portugal, S. A., e a necessidade da contratação de Linha da Beira Alta — Renovação Integral de Via, na especialidade de Via, entre o Pk 65+050 (boca de saída do lado de Mortágua do túnel do Trezói) e o PK 72+990 (Mortágua) — Fase I B;

b) A duração do contrato e o valor máximo dos encargos a suportar pela Infraestruturas de Portugal, S. A. exigem a repartição destes por sucessivos anos económicos.

1 — O Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S. A., deliberou em reunião de CA de 2015-10-15, proceder ao lançamento do procedimento pré-contratual necessário à contratação de Linha da Beira Alta — Renovação Integral de Via, na especialidade de Via, entre o Pk 65+050 (boca de saída do lado de Mortágua do túnel do Trezói) e o PK 72+990 (Mortágua) — Fase I B, pelo valor de 4.700.000,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor e autorizou a assunção do respetivo compromisso plurianual, que envolve despesa em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2016 — 13.850.000 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

Ano de 2017 — 850.000,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

2 — O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

3 — A Infraestruturas de Portugal, S. A. não tem quaisquer pagamentos em atraso.

4 — Os encargos inerentes à celebração do contrato envolvem apenas receitas próprias da Infraestruturas de Portugal, S. A.

2015-10-15. — O Conselho de Administração Executivo: *José Serrano Gordo*, vice-presidente — *Alberto Diogo*, administrador.

209388463

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 321/2016

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, do artigo 6.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, do artigo 7.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, usando da faculdade conferida pelos despachos n.ºs 9209/2011, de 5 de março, do Ministro da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 22 de julho de 2011 e 12730/2011, de 23 de setembro de 2011, do Senhor Secretário de Estado da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 23 de abril de 2011, o conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E., delega, e subdelega, com a faculdade de subdelegação, na sua presidente, licenciada Dorinda Maria Carvalho Gomes Calha e nos vogais executivos do conselho de administração, licenciados Joaquim Filomeno Duarte Araújo, Raquel Maria Pinto Bacharel Bilé, Jorge Fernandes Ferreira Gomes e António José Chaves Miranda, os poderes necessários para isoladamente, praticarem os seguintes atos:

Delegações

1 — No âmbito da gestão interna de recursos humanos:

1.1 — Autorizar mensalmente o processamento dos vencimentos do pessoal;

1.2 — Praticar todos os atos subsequentes à abertura de concursos, quando autorizados superiormente, bem como proceder à celebração dos respetivos contratos, sua prorrogação, renovação, rescisão e caducidade;

1.3 — Exonerar o pessoal do quadro residual de direito público, bem como autorizar as formas de mobilidade prevista na lei, com exceção do pessoal dirigente;

1.4 — Autorizar a celebração de contratos de profissionais oriundos de centros de emprego e formação profissional, ao abrigo dos acordos de

ocupação temporária e/ou estágios profissionais e conceder aos mesmos subsídio de refeição;

1.5 — Autorizar o exercício de funções a tempo parcial;

1.6 — Justificar ou injustificar faltas e autorizar os trabalhadores a reiniciar funções;

1.7 — Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual;

1.8 — Confirmar todas as condições legais da progressão dos trabalhadores nos termos da lei e autorizar os abonos daí decorrentes;

1.9 — Autorizar e praticar todos os atos relativos à proteção da maternidade e da paternidade nos termos da lei;

1.10 — Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito, nos termos da lei;

1.11 — Praticar todos os atos relativos à aposentação dos trabalhadores, em geral, todos os atos respeitantes ao regime de segurança social da função pública, incluindo os referentes a acidentes de trabalho;

1.12 — Garantir a execução das políticas referentes aos recursos humanos, designadamente as relativas à sua admissão, dispensa, avaliação, regimes de trabalho e horários, faltas, formação, segurança e incentivos;

1.13 — Exercer a competência em matéria disciplinar prevista na lei, independentemente da relação jurídica de emprego;

1.14 — Autorizar deslocações em serviço, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

1.15 — Autorizar os trabalhadores a comparecer em juízo, quando requisitados nos termos da lei de processo;

1.16 — Afetar o pessoal na área dos respetivos departamentos, serviços e unidades orgânicas;

1.17 — Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados no processo individual dos trabalhadores, bem como a restituição de documentos aos interessados;

1.18 — Solicitar à ADSE e à segurança social a verificação de doença dos trabalhadores;

1.19 — Autorizar a inscrição e participação de trabalhadores em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes realizadas no país ou no estrangeiro, quando a competência for do conselho de administração, nos termos do Despacho n.º 867/2002, de S. Ex.ª o Ministro da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 14 de janeiro;

1.20 — Autorizar a utilização de veículo próprio em serviço oficial, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril.

1.21 — Autorizar a acumulação de funções ou cargos públicos ou privados, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

1.22 — Autorizar a acumulação de funções públicas com o exercício de atividades privadas aos dirigentes de nível intermédio nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro;

1.23 — Conceder licenças sem vencimento, de acordo com os artigos 280.º e seguintes da lei geral do trabalho em funções públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como a licença sem retribuição constante do artigo 317.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

2 — Subdelegações

2.1 — Autorizar a prestação e o pagamento do trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, nos termos do Decreto-Lei n.º 62/79, de 30 de março e dos artigos 162.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e artigos 268.º e 269.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro;

2.2 — Conceder licenças especiais para o exercício de funções transitórias em Macau, bem como autorizar o regresso à atividade, nos termos do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril;

2.3 — Autorizar a inscrição e participação dos funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram no território nacional e no estrangeiro, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, do Conselho da Europa e da organização mundial da saúde, com observância do disposto no Despacho n.º 867/2002 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 14 de janeiro de 2002;

2.4 — Autorizar os pedidos de equiparação a bolsheiro no país ou no estrangeiro, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 272/88, de 3 de agosto e 282/89, de 23 de agosto;

2.5 — Autorizar a atribuição de telemóvel, nos termos do n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2002, de 1 de agosto.

No âmbito da gestão orçamental e realização de despesas:

3 — Delegações:

3.1 — Autorizar despesas ou atos que não excedam o valor ou a responsabilidade de € 100 000;

3.2 — Despachar os assuntos de gestão corrente relativamente a todos os serviços, nomeadamente praticar todos os atos subsequentes às autorizações de despesas e movimentar todas as contas, quer a débito quer a crédito, incluindo cheques e outras ordens de pagamento, e transferências necessárias à execução das decisões proferidas nos processos;

3.3 — Apresentar os documentos de prestação de contas, nos termos definidos na lei;

3.4 — Acompanhar periodicamente a execução do orçamento aplicando as medidas destinadas a corrigir os desvios em relação às previsões realizadas;

3.5 — Assegurar a regularidade da cobrança das receitas e da realização e pagamento da despesa das Unidades de Saúde que integram a ULSNA, E. P. E., permitindo-lhe declarar as suas dívidas como incobráveis, mediante critérios definidos por despacho do ministro da saúde;

3.6 — Praticar todos os atos subsequentes à autorização de despesas quando esta seja da competência de membro do Governo;

3.7 — Autorizar despesas com aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas, cumpridas as formalidades previstas na lei;

3.8 — Tomar as providências necessárias à conservação do património, designadamente autorizar todas as despesas com obras de construção, beneficiação, ampliação ou remodelação das instalações em execução do plano de ação, aprovado pela administração regional de saúde (ARS), assim como as despesas de simples conservação e reparação e beneficiações das instalações e do equipamento;

3.9 — Elaborar os planos de ação anuais e plurianuais e respetivos orçamentos, a submeter à aprovação do ministro da saúde;

3.10 — Escolher o tipo de procedimento a adotar para os processos de empreitadas de obras públicas e locação ou de aquisição bens e serviços, bem como todos os atos subsequentes ao ato de autorização e escolha do início do procedimento, cujo valor seja inferior ao referido nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

3.11 — Designar os júris e as comissões, e delegar a competência para proceder à audiência prévia;

3.12 — Conceder adiantamentos a empreiteiros e a fornecedores de bens e serviços;

3.13 — Autorizar a realização de arrendamentos para instalação dos serviços, aprovar as minutas e celebrar os respetivos contratos;

3.14 — Autorizar a anulação de faturas, por proposta do serviço jurídico e de contencioso e/ou dos serviços financeiros, cumpridos e esgotados os adequados procedimentos de cobrança;

3.15 — Autorizar os reembolsos das quantias devidas pela ULSNA, E. P. E., quando indevidamente cobradas;

3.16 — Autorizar as despesas com seguros.

4 — Subdelegações:

4.1 — Autorizar deslocações e transporte por avião, em serviço, e a título excecional devidamente fundamentado, em território nacional, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, e pagamento de abonos antecipados ou não, nos termos da legislação em vigor.

5 — Delega-se ainda nos mesmos dirigentes, nas condições que se indicam no n.º 1, as seguintes competências:

5.1 — Assinar toda a correspondência e o expediente necessário à recolha de elementos para instrução dos processos.

5.2 — Autenticar o livro de reclamações de modelo aprovado pela portaria n.º 355/97, de 28 de maio.

6 — A presente deliberação produz efeitos a 06 de fevereiro de 2015, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados no âmbito dos poderes agora delegados e subdelegados.

2 de fevereiro de 2016. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dorinda Maria Carvalho Gomes Calha*.



SIGLAS UTILIZADAS:

ACES – Agrupamento de centros de Saúde
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde
ARS – Administração Regional de Saúde
EPE – Entidade Publica Empresarial
GDH – Grupo de Diagnóstico Homogéneos
PPRCIC – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
SNS – Serviço Nacional de Saúde
ULSNA – Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano
CPC – Conselho de Prevenção Corrupção
PMP – Prazo Médio de Pagamento
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
MCDT – Meios Complementares Diagnóstico e Terapêutica
EGP – Estatuto do Gestor Público
IGCP – Instituto de Gestão e Crédito Público
UTE – Unidade de Tesouraria do Estado



